

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF/BA

Termo de Referência 144/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
144/2025	153038-UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF/BA	EMANUELE FREITAS DOS SANTOS	26/11/2025 17:33 (v 0.17)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	104/2025	23066.068947/2025-15

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de Link de Dados, com velocidade mínima de 50 Mbps, sob o regime de menor preço global, para atender as demandas da Universidade Federal da Bahia – UFBA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Métrica ou Unidade de Medida	CÓD. PMC-TIC	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de link com velocidade mínima de 50 Mbps - Centro de Desenvolvimento da Pecuária - CDP - Oliveira dos Campinhos, Bahia	26506	Unidade/mensal		36	R\$ 1.600,00	R\$ 57.600,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade de acesso à internet e de comunicação de dados é contínua e permanente, não sendo possível sua divisão ou interrupção sem afetar os serviços, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **36 meses** contados do(a) **15 de janeiro de 2026**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade o fornecimento de Serviço de transporte de dados, ou Clear Channel, em Camada de Enlace na velocidade mínima de 50 Mbps entre o Centro de Desenvolvimento Pecuário (CDP) no Distrito de Oliveira dos Campinhos em Santo Amaro/BA e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFBA em Salvador/BA. A velocidade definida e a quantidade estabelecida neste documento visa suprir as demandas da unidade, impactando na qualidade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços da UFBA, acessados por meio da internet.

2.2. A viabilização de acesso por meio de link conectado diretamente ao Datacenter da UFBA colabora com a segurança da rede na unidade, tendo em vista que a infraestrutura do já dispõe de ferramenta de monitoramento com filtro, que visa proteger a rede interna de possíveis ataques.

2.3 A maioria dos serviços de Tecnologia da Informação prestados pela UFBA revelam uma grande dependência da sua rede de dados, sendo evidente a criticidade que essa rede apresenta no tocante à prestação dos serviços realizados pela Universidade. Por isso, é bastante importante que a infraestrutura adotada pela Universidade possa fornecer um serviço de comunicação de qualidade, confiabilidade e disponibilidade.

2.4 Com esta solução, espera-se alcançar os seguintes benefícios e resultados:

2.4.1 Prover acesso à rede mundial de computadores via infraestrutura da UFBA;

2.4.2 Disponibilizar acesso ágil e facilitado aos sistemas internos ofertados pela UFBA;

2.4.3 Disponibilizar o acesso às diversas ferramentas de trabalho de que necessitam os seus servidores;

2.4.4 Disponibilizar, de forma eletrônica, um maior volume de informações produzidas e tramitadas no âmbito da instituição;

2.4.5 Dar suporte de maneira mais adequada aos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito da unidade da UFBA localizada em Oliveira dos Campinhos.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [15180714000104-0-000003/2025];

II) Data de publicação no PNCP: [07/11/2024];

III) Id do item no PCA: [2261];

IV) Classe/Grupo: [142 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS];

V) Identificador da Futura Contratação: [153038-104/2025];

2.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.7. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital <2024 a 2027> e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE16	Objetivo Estratégico OE16 do Plano Estratégico Institucional 2025 a 2034 Atualizar, ampliar e manter Infraestrutura de hardware e software para ampla oferta de conectividade, processamento e armazenamento provendo acesso digital seguro, abrangente e universal aos serviços e sistemas da UFBA.

ALINHAMENTO AO PDTIC			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A 4.1.1	Ampliar a capacidade de armazenamento, processamento e comunicação de dados para atender as demandas e metas institucionais previstas	M4.1	Atualizar, ampliar e manter a infraestrutura do datacenter

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste no fornecimento de Serviço de transporte de dados, ou Clear Channel, em Camada de Enlace na velocidade mínima de 50 Mbps entre o Centro de Desenvolvimento Pecuário (CDP) no Distrito de Oliveira dos Campinhos em Santo Amaro/BA e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFBA em Salvador /BA. A velocidade definida e a quantidade estabelecida neste documento visa suprir as demandas da unidade, impactando na qualidade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços da UFBA, acessados por meio da internet.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

- 4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:
- 4.1.1. Disponibilização de acesso para a unidade de Oliveira dos Campinhos aos serviços de Tecnologia da Informação da UFBA de maneira ágil.
- 4.1.2 Permitir o uso da Internet para acessos a sítios em geral pois a navegação dos usuários a sítios exige qualidade, rapidez e segurança. Nesse sentido, a viabilização de acesso das localidades por meio de link conectado

diretamente ao Datacenter da UFBA é a melhor alternativa, tendo em vista que a infraestrutura já dispõe de ferramenta de monitoramento com filtro, que visa proteger a rede interna de possíveis ataques.

4.1.3 O link de acesso deve ser contratado com velocidade suficiente para atender às necessidades atuais. Para a unidade de Oliveira dos Campinhos está prevista a velocidade mínima de 50 Mbps.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação. Contudo, é importante o fornecimento das informações inerentes às funcionalidades da solução a ser contratada, nesse caso, imprescindíveis, para a Equipe Técnica da UFBA, a fim de que ela possa controlar a disponibilidade dos serviços, realizar as intervenções por ela julgadas necessárias e entender os problemas que venham a ocorrer em algum momento.

4.2.1. Sem nenhum custo adicional à UFBA, a empresa a ser contratada deverá fornecer à Equipe Técnica da STI todas as informações relacionadas à utilização, funcionalidade e operacionalização da ferramenta que será disponibilizada para fins de acompanhamento da utilização e da performance dos serviços prestados e que possibilita a emissão de relatórios.

4.2.2. As informações aqui em questão poderão ser fornecidas por meio de Canais de acesso Web, de Tutoriais, de Recursos/Canais telefônicos, de Atendimento Presencial, de Manuais físicos, em papel, ou em mídia digital.

4.2.3 Caso esse fornecimento de informações se dê de forma presencial, sua ocorrência deverá ser nas instalações físicas da STI/UFBA, em local, horário e data estabelecidos pela UFBA.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções **corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.4.1. Acompanhamento da Rede/Atendimento Técnico

4.4.1.1 A empresa Contratada deverá possuir e disponibilizar sistema de monitoramento e gerenciamento proativo pelo qual ela possa medir a qualidade dos serviços prestados e detectar as falhas, gerando alarmes automáticos, dando início ao processo de recuperação dos circuitos, de forma autônoma, sem a necessidade de reclamação/atuação técnica da UFBA.

4.4.1.2 O sistema de monitoramento deve medir os indicadores dos links contratados, como: latência, jitter, throughput, etc. Este sistema de monitoramento deve ser disponibilizado para UFBA, apresentando os indicadores em tempo real.

4.4.1.3 O sistema de gerenciamento proativo deverá funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana. Entende-se por gerenciamento proativo a capacidade de a própria empresa Contratada detectar falhas ocorridas nos circuitos, tanto nos serviços por ela prestados, quanto nos equipamentos por ela disponibilizados, de forma autônoma e independente da notificação expedida pela UFBA.

4.4.1.4 A empresa Contratada, por meio do serviço proativo, deverá dar início aos procedimentos de correção de falhas. Nas ações de detecção e correção de falhas, a responsabilidade da UFBA e da Equipe Técnica por ela

designada fica limitada a franquear acesso físico dos Representantes, Técnicos e demais pessoas integrantes da Equipe Técnica da empresa Contratada aos locais de instalação dos equipamentos e componentes que requeiram a providência ou serviço necessário.

4.4.1.5 Com o objetivo de aperfeiçoar e padronizar o gerenciamento da rede, será firmado um acordo operacional entre a UFBA e a empresa Contratada. Nesse acordo, deverão constar informações necessárias ao processo operacional, como por exemplo: horário normal de funcionamento dos locais atendidos, desligamentos diários de equipamentos, pessoas de contato locais (nome, telefone, e-mail), solicitações de acesso físico às instalações, período para coleta de dados e emissão dos relatórios.

4.4.1.6 O serviço proativo terá a função de abrir, automaticamente, os chamados técnicos e, imediatamente, dar o devido encaminhamento aos procedimentos de recuperação dos circuitos quando esses apresentarem problemas ou falhas.

4.4.1.7 Cada chamado técnico aberto pelo gerenciamento proativo ou pela UFBA deverá ser registrado no sistema de atendimento da empresa Contratada e ser disponibilizado de forma clara, compreensível e facilmente legível. A informação relativa ao chamado técnico deverá compreender o seguinte:

Informações Mínimas - Chamados Técnicos

4.4.1.7.1 Número do registro de abertura do chamado técnico;

4.4.1.7.2 Data e hora de abertura do chamado técnico;

4.4.1.7.3 Identificação do atendente responsável pela abertura do chamado;

4.4.1.7.4 Identificação do circuito;

4.4.1.7.5 Identificação do solicitante;

4.4.1.7.6 Descrição do problema apresentado;

4.4.1.7.7 Status da solicitação (chamados em aberto, pendentes ou fechados);

4.4.1.7.8 Responsável pela execução do serviço;

4.4.1.7.9 Data e hora da execução do serviço;

4.4.1.7.10 Data e hora do encerramento do chamado.

4.4.1.8 A empresa Contratada deverá registrar e informar, nas reclamações/solicitações feitas pela Equipe Técnica da UFBA, dados dos chamados correlatos, abertos pelo gerenciamento proativo.

4.4.1.9 A UFBA deverá ter um acesso, via Internet pública, que permita acompanhar os chamados técnicos abertos, bem como acesso aos relatórios com estatísticas e histórico dos chamados.

4.4.1.10 A empresa Contratada deverá enviar um e-mail, no mínimo, para um endereço a ser definido pela UFBA, a cada abertura e fechamento do respectivo chamado técnico. O e-mail deverá conter todas as informações estabelecidas no tópico "Informações Mínimas - Chamados Técnicos", definidas neste Termo de Referência.

4.4.2. Gerenciamento dos Circuitos

4.4.2.1. A prestação dos serviços de telecomunicações deverá incluir gerenciamento proativo, por parte da proponente, 24 horas por dia, todos os dias da semana. Entende-se por gerenciamento proativo a capacidade da proponente de detectar falhas ocorridas entre os pontos de demarcação de serviço, de forma autônoma e independentemente de notificação por parte da UFBA, e sem precisar lançar mão de qualquer teste ou procedimento assistido por técnicos da UFBA ou por seus representantes.

4.4.2.2. Da mesma forma autônoma, a proponente poderá dar início aos procedimentos de correção de falhas, independente de reclamação por parte da UFBA ou de seus representantes. Nas ações de detecção e correção de

falhas, a responsabilidade da UFBA e dos técnicos por ela delegados fica limitada a franquear acesso físico aos locais de instalação dos equipamentos da proponente e a facilitar o transporte e substituição de peças ou outros elementos de infraestrutura.

4.4.2.3. Para permitir o gerenciamento proativo, a UFBA se dispõe a estabelecer, em seus equipamentos de terminação dos circuitos (roteadores ou comutadores), uma “community” SNMP de leitura, desde que não haja implicações de segurança e que se garanta a monitoração exclusiva dos circuitos aprovacionados pela proponente.

4.4.2.4. A empresa Contratada deverá fornecer/disponibilizar serviço de gerenciamento dos circuitos via web. Esse serviço deverá ser, conforme já citado, proativo, com detecção automática de falhas (fim-a-fim), incluindo-se aí roteadores e toda a infraestrutura dos circuitos. A monitoração dos equipamentos de propriedade da UFBA não será abrangida por esse serviço de gerenciamento.

4.4.2.5 Geração de Alarmes – a ferramenta de gerenciamento dos Circuitos a ser disponibilizada pela empresa Contratada para acesso da UFBA deverá gerar alarmes automáticos para cada um dos circuitos, em caso de:

- a) Quedas de desempenho;
- b) Incremento de taxa de erros;
- c) Perda de pacotes;
- d) Aumento de retardo.

4.4.2.6 Monitoração e Gestão de Tráfego – para monitoração e gestão de tráfego, o serviço de gerenciamento deverá:

- a) Fornecer endereços IP de origem e destino do tráfego produzido na rede;
- b) Suportar múltiplos processos e tecnologias de coleta para a visualização de tráfego por aplicação/protocolo;
- c) Fornecer matriz com informações “TOP” (top aplicações, sites e protocolos) (opcional);
- d) Permitir exportação para formato CSV, XML ou similar;
- e) Permitir a tradução dos endereços IP por DNS (opcional);
- f) Informar pico de utilização dos circuitos;
- g) Informar média de utilização dos circuitos;
- h) Disponibilizar visualização de indisponibilidade;
- i) Informar tempo de resposta;
- j) Prover verificação em tempo real da utilização do circuito em Kbps;
- l) Informar volume total de tráfego por período;
- m) Informar status (up/down) dos elementos da rede.

4.4.2.7 Geração de Relatórios: para geração de relatórios, a ferramenta de gerenciamento deverá:

- a) Permitir exportação para formato CSV, XML ou similar;
- b) Gerar relatórios gráficos com todas as informações citadas nos itens Alarmes, Monitoração e Gestão de Tráfego;
- c) Gerar, para cada informação, relatórios baseados nos seguintes intervalos: diário, semanal, mensal, anual e intervalos customizados (dd/mm/aa a dd/mm/aa e hh:mm a hh:mm) ou exportar o relatório com essas informações.
- d) Ter a capacidade de salvar/exportar os relatórios em formato comum (HTML, TSV, PDF ou CSV).

4.4.3. Gerência de Configuração

4.4.3.1. Será requerida da empresa Contratada a existência de perfis de acesso aos elementos dos circuitos, a fim de se garantir o acompanhamento e o monitoramento da execução das atividades operacionais relativas ao respectivo Circuito de acesso por ela fornecido. Os perfis devem compreender capacidade de Leitura, Acompanhamento e Averiguação. Os acessos serão efetuados pelos técnicos da empresa Contratada e pela Equipe Técnica da UFBA, cada um usando o seu respectivo perfil.

4.4.3.2. Não haverá ação de gerenciamento, gestão nem de administração da parte da empresa Contratada nos elementos de rede LAN (Local Area Network) da UFBA, ou seja: barramentos Ethernet, hubs, switches, placas de rede, desktops, servidores e demais elementos da rede local.

4.4.4 Monitoramento dos Links de Dados pela Contratante

4.4.4.1 A Contratante realizará o monitoramento utilizando suas próprias ferramentas de supervisão de rede, como Zabbix e Cacti, ou outras soluções tecnicamente equivalentes.

4.4.4.2 Para viabilizar o monitoramento, a Contratada se obriga a:

I. disponibilizar todas as informações técnicas indispensáveis, incluindo endereços IP, parâmetros de interface, banda contratada, registros de disponibilidade (uptime/downtime) e demais dados requeridos;

II. assegurar que não haja restrições técnicas, lógicas ou administrativas que impeçam a coleta e análise dos dados pela Contratante;

III. cooperar com a Contratante em eventuais ajustes de configuração necessários à integração com as ferramentas de monitoramento.

4.4.4.3 O monitoramento realizado pela Contratante tem caráter complementar e fiscalizatório, não substituindo, em hipótese alguma, o monitoramento e controle de disponibilidade que permanecem de responsabilidade exclusiva da Contratada, conforme previsto neste Termo de Referência e no *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*.

4.4.4.5 Os resultados obtidos pelo monitoramento da Contratante poderão ser utilizados para fins de aferição de desempenho, verificação de conformidade contratual e aplicação de penalidades em caso de descumprimento dos níveis de serviço estabelecidos.

4.4.5 Serviços de Atendimento Rede - A empresa Contratada deverá disponibilizar estrutura de Central de Atendimento, gratuita, por meio de linha telefônica local ou do tipo 0800, e um endereço de correio eletrônico, para atender às reclamações/solicitações provenientes da UFBA relativas à ocorrência/resolução de falhas/problemas. Um número de ocorrência deverá ser gerado sempre que uma chamada for efetuada pela UFBA ou que um e-mail for por ela enviado. Esse atendimento deve estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

4.4.5.1 As informações relativas aos chamados deverão ser atualizadas automaticamente, na Solução de Gerência da Rede, sempre que houver alguma alteração em sua situação.

4.4.5.2 O acompanhamento deve ser on-line, por meio de um portal web ou aplicações livres/proprietárias implementada na solução de Gerência da Rede, para os chamados abertos e através de relatórios gerados sob demanda para os chamados encerrados e devem fornecer todas as informações de um chamado ou de um conjunto de chamados.

4.4.5.3 Os relatórios devem apresentar um histórico das informações coletadas em base anual.

4.4.5.4 Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto, como, tempo de início e fim de atendimento, identificação do elemento (equipamento, enlace ou serviço) afetado, nome, telefone e e-mail do contato no CONTRATANTE que foi posicionado acerca do reparo, restabelecimento do serviço, descrição detalhada da resolução do chamado com um código associado e responsabilidades. As informações contidas nos registros serão a base para a geração dos relatórios de chamados.

4.4.5.5 TODOS os chamados abertos devem ser fechados depois da confirmação pela equipe técnica do CONTRATANTE.

4.4.5.6 Caso forem identificados problemas no sistema operacional, no software ou no hardware de qualquer equipamento que afete a segurança e o funcionamento do objeto deste Documento, que necessite de alteração no hardware, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento por outro similar ou superior, que garanta o ANS acordado.

4.4.5.7 A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico/operacional ao CONTRATANTE em todos os chamados relativos à inoperância do link ou em qualquer situação relativa ao link, que esteja fora dos padrões descritos neste Documento, com previsão para descontos na fatura do mês na ocorrência de descumprimento do ANS.

4.4.5.8 A abertura e registro dos chamados não dependerão somente do CONTRATANTE, sempre que houver interrupção maior que 30 (trinta) minutos do serviço, a CONTRATADA deverá registrar a ocorrência e tomar providências.

4.4.5.9 O CONTRATANTE, por meio de instrumento de Solução de Gerência de Rede, acompanhará e realizará auditoria, fará apuração dos indicadores de desempenho, validará as faturas e gerenciará o contrato de prestação dos serviços.

4.4.4.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar, a qualquer instante, sua base de dados de gerenciamento e de atendimento, conjuntamente com o modelo de dados, para que o CONTRATANTE possa gerar relatórios com a finalidade de acompanhamento, averiguação ou auditoria.

4.4.5.11 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela integridade dos dados coletados e armazenados em seus recursos relativos à gerência e aos chamados registrados.

Requisitos Temporais

4.5 O serviço de link de dados, objeto desse termo de referência, deverá ser entregue pela proponente a partir do início da vigência do contrato.

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8 O circuito deve ser totalmente implantado, testado e entregue para a utilização da UFBA, mediante formalização de “aceite” por parte de técnico da UFBA onde o circuito foi implantado. A entrega do circuito deverá ser previamente agendada com as equipes da Coordenação de Redes e Infraestrutura da UFBA, de forma que as mesmas tenham tempo hábil para planejar o recebimento de técnico da proponente. Após a entrega por parte da proponente, a UFBA terá um período mínimo de 07 (sete) dias úteis para testar e avaliar o correto funcionamento do circuito. Somente após esse prazo será dado o aceite final.

4.9 Se a entrega do circuito ocorrer sem o seu agendamento prévio com técnico da UFBA, a Universidade Federal da Bahia se reserva no direito de, mediante negociação, formalizar o “aceite” do circuito no tempo que julgar necessário.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.10. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

4.10.1. Os circuitos de dados deverão ser protegidos contra ataques DDoS (Distributed Denial of Service) sem interromper os serviços de rede.

4.10.2 Tal proteção não se trata de um serviço a ser prestado à CONTRATANTE, mas sim característica necessária ao circuito a ser fornecido pela CONTRATADA. A proteção deverá ser integrada à rede da contratada (Backbone) sendo que todo e qualquer equipamento destinado a esta finalidade deverá estar instalado na infraestrutura da CONTRATADA, não sendo admitida a instalação na infraestrutura da UFBA.

4.10.3 Os equipamentos e componentes a serem disponibilizados pela empresa Contratada necessários à sua realização dos serviços deverão atender às normatizações de segurança elétrica, eletromecânica e eletromagnética vigentes e usuais de mercado. A empresa a ser contratada deverá atender, ainda, às normas acerca de conformidade técnica regulamentadas ou estabelecidas pelo INMETRO (Decreto nº 7.174/2010) e de integridade de dados na Administração Pública Federal, assim como aos documentos, às normas e aos procedimentos publicados na Política de Segurança da Informação.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.11. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.11.1. De acordo com o art. 16, inciso I, alínea “g” da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, os Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais definem os requisitos que a Solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União. A contratação deve estar alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da instituição.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.12. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.13. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

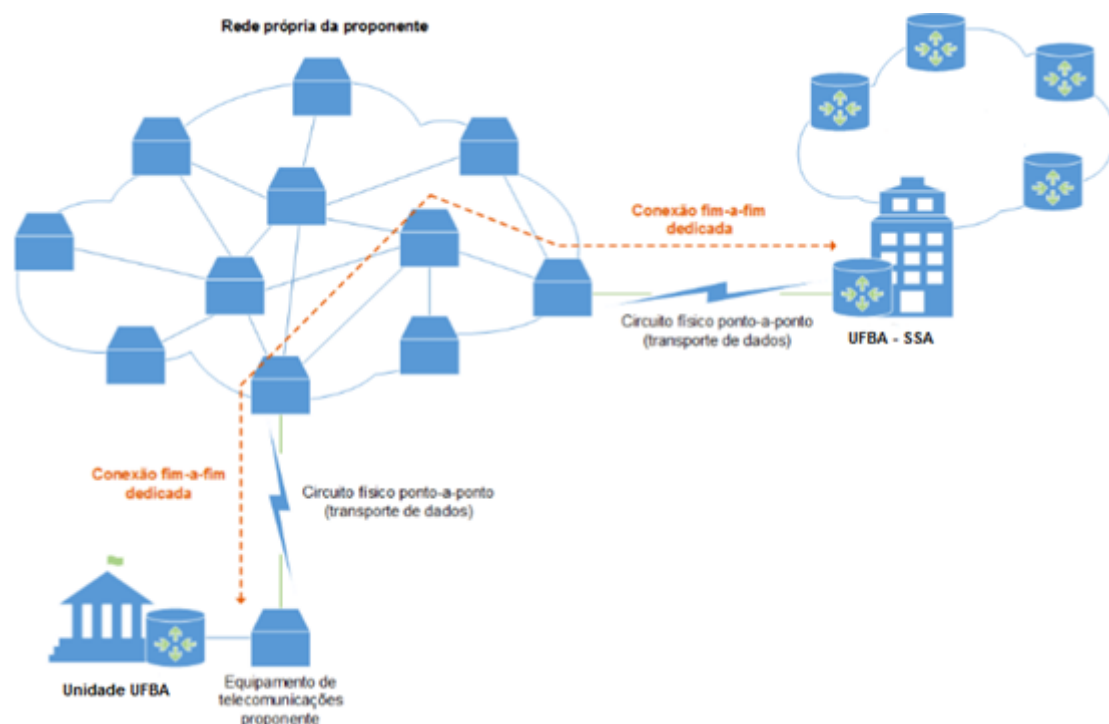
4.13.1. Modalidade de Conexão: Para qualquer uma das duas modalidades descritas abaixo, tem-se que os circuitos devem ser implementados, preferencialmente, por meio terrestre, mediante uso de fibras ópticas, par metálico ou enlaces de rádio defrequência licenciada, tanto nos trechos interurbanos, quanto nos trechos urbanos. Serão aceitas duas modalidades de conexões – explicitadas a seguir em ordem de preferência – que devem obedecer aos requisitos técnicos colocados.

4.13.1.2 A proponente deverá explicitar, dentre as apresentadas a seguir, a modalidade de conexão ofertada, respeitando os respectivos requisitos técnicos.

4.13.1.3 Circuito Determinístico: nessa modalidade, tem-se que o circuito a ser provisionado deve obedecer às seguintes características:

- a) Circuito ponto-a-ponto e determinístico;
- b) Transparente a protocolo e insensível a sequência de dados;
- c) Aderente às especificações técnicas do ITU-T;
- d) Transmissão bidirecional e simétrica;
- e) Tempo de retardo mínimo e constante;
- f) Pontos de conexões à UFBA fornecidos em meio elétrico, padrão Ethernet RJ-45 preferencialmente, com suporte a 1000Base-T.

g) De forma a melhor ilustrar a referida modalidade de conexão, segue diagrama esquemático do que a UFBA entende como sendo uma solução de conexão determinística.



4.13.1.4 A unidade acadêmica da UFBA prevista no presente Termo de Referência, e cujas conexões serão aprovisionadas por circuitos determinísticos, deverão ser interconectadas ao Datacenter da UFBA localizada no campus Ondina/Salvador, por meio de circuitos com meios físicos de transmissão dedicados, fim-a-fim, cuja capacidade de banda nominal não é compartilhada com outros usuários; isto é, um circuito determinístico é definido pela UFBA como sendo um circuito dedicado ao atendimento de um único cliente.

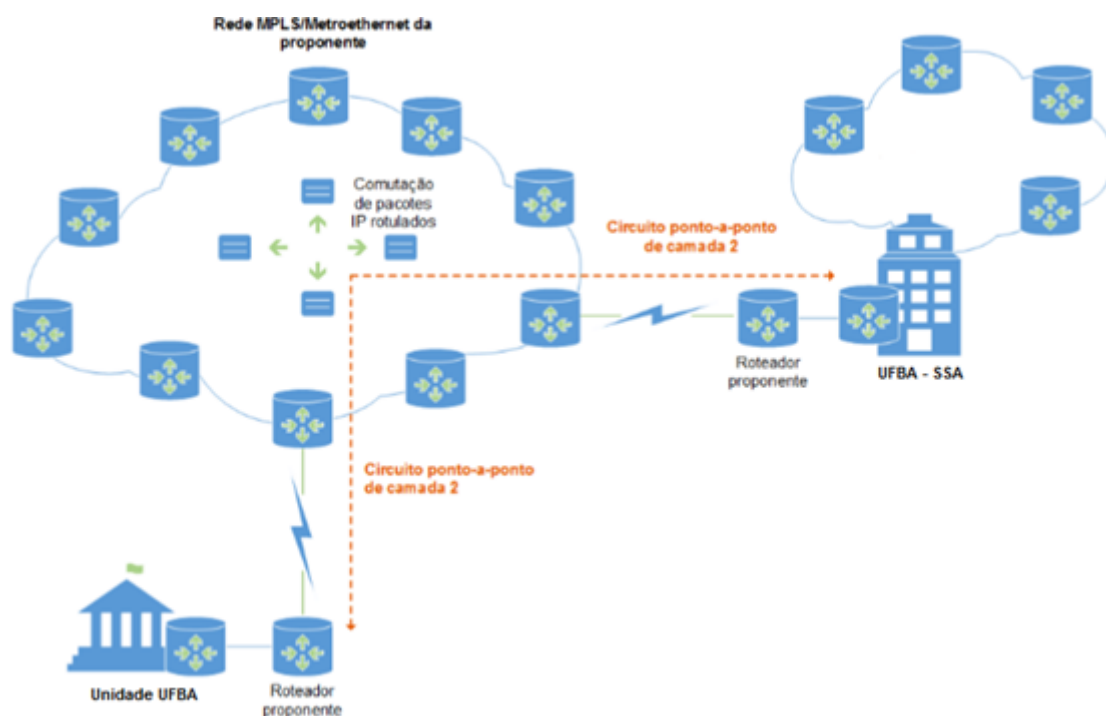
4.13.1.5 Adicionalmente, a UFBA espera tão somente que, através de um circuito determinístico, o tráfego das suas unidades, independentemente do número de redes virtuais de camada 2 (VLANs), seja transportado até o seu Datacenter, a partir do qual as unidades da UFBA terão então acesso à Internet. Logo, a UFBA entende que um circuito determinístico não é um circuito de acesso à Internet, mas um circuito de transporte de dados.

4.13.1.6 Circuito Mpls/Metroethernet: Nesse caso, o circuito a ser aprovisionado deve apresentar as seguintes características:

- a) Circuito ponto-a-ponto de camada 2;
- b) Banda simétrica;
- c) Suporte a pacotes IP com MTU mínimo de 1.500 Bytes;
- d) Suporte a, no mínimo, 100 (cem) endereços MAC;
- e) Atendimento às especificações do Metro Ethernet Forum EVPL (Ethernet Virtual Private Line), VPLS (RFCs 4761 e 4762), Pseudowire (RFC 4448), Ethernet over MPLS (EoMPLS) ou outras tecnologias baseadas em MPLS;
- f) Suporte a VLAN tagging (IEEE 802.1Q) pelo cliente, independentemente do número de redes virtuais de camada 2 (VLANs) transportadas;
- h) Transporte de pacotes VLAN, tagging (IEEE 802.1Q), através da rede da prestadora do ponto de origem até o destino;
- i) Pontos de conexões à UFBA fornecidos em meio elétrico, padrão Ethernet RJ-45 preferencialmente, com suporte a 1000Base-T.

4.13.1.7 Além das características acima especificadas, tem-se que, na oferta do serviço por parte da proponente, ela não poderá efetuar alterações nos campos do cabeçalho ou de “payload” do pacote IP.

4.13.1.8 De forma a melhor ilustrar a referida modalidade de conexão, segue diagrama esquemático do que a UFBA entende como sendo uma solução de conexão MPLS/Metroethernet.



4.13.1.9 As unidades acadêmicas da UFBA previstas no presente Termo de Referência, e cujas conexões serão provisionadas por circuito MPLS/Metroethernet, deverão ser interconectadas ao seu Datacenter por meio de conexões nas quais quadros Ethernet serão comutados ao longo de uma infraestrutura de rede IP, conforme preveem os conceitos da tecnologia MPLS e de redes Metroethernet.

4.13.1.10 Adicionalmente, a UFBA espera tão somente que, através de um circuito MPLS/Metroethernet, o tráfego das suas unidades seja transportado até o seu Datacenter, a partir do qual as unidades da UFBA terão então acesso à Internet. Logo, a UFBA entende que um circuito MPLS/Metroethernet não é um circuito de acesso à Internet, mas um circuito de transporte de dados.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.14. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.14.1. Instalação de Equipamentos: sempre que necessário à prestação do serviço, a proponente instalará equipamento de sua propriedade nos locais designados pela UFBA como pontos terminais. Esse equipamento deverá ser de porte e disposição compatíveis com a instalação física de bastidores usuais e deve requerer alimentação elétrica de corrente alternada em 110-220V e refrigeração ambiental usual para equipamentos de processamento de dados.

4.14.2 Do ponto de vista lógico, as interfaces oferecidas aos equipamentos da UFBA devem atender aos padrões internacionais de codificação e transparência de dados.

Requisitos de Implantação[A11]

4.15. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.15.1. Fronteira de Demarcação do Serviço: Os pontos de demarcação de serviço delimitam as fronteiras de responsabilidade entre a proponente e a UFBA, no que diz respeito ao funcionamento do circuito contratado. São considerados pontos de demarcação de serviço, as interfaces lógicas e conectores físicos dos equipamentos da proponente aonde chegam os cabos de ligação que vêm dos equipamentos presentes nos pontos indicados pela UFBA.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.16. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.17. Os serviços de assistência técnica, suporte, e manutenção deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

Requisitos de Formação da Equipe

4.18. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho[A14]

4.19. A execução inicial dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.20. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.21. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento **24** horas por dia e **7** dias por semana de maneira eletrônica e **24** horas por dia e **7** dias por semana por via telefônica.

4.22. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.23. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.24. A CONTRATADA deverá manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ser fornecidos ou que venha a ter acesso em razão da execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros.

Vistoria

4.25. A avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, é facultada ao licitante, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, em data e horário a serem definidos pela equipe técnica.

4.26. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.27. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Sustentabilidade

4.28. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.28.1. A contratação deverá atender a critérios de sustentabilidade ambiental que a legislação determinar, a exemplo da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG, no que couber, ou prover alternativas para verificação de sua aplicabilidade.

4.28.2. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 304, de 2023 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

Subcontratação

4.29. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.30. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.1. Início da execução do objeto: a partir do início da vigência do contrato.
- 6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: os Serviços de Comunicação/Link de Dados para a UFBA, devem ser realizado de forma ininterrupta, de acordo com as especificações desse Termo de Referência, com todos os requisitos necessários, permitindo o acompanhamento e a cobrança por parte do Gestor do Contrato, com vistas a qualquer documento e informação que seja relevante ao objeto supracitado.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

a) Centro de Desenvolvimento da Pecuária - CDP - Oliveira dos Campinhos

Endereço: Rodovia BA 084, Km 6, Distrito de Oliveira dos Campinhos, Santo Amaro/BA. CEP: 44.200-000

Geolocalização via Google MAPS: <https://www.google.com/maps/place/CDP+-+EMEVZ+-+UFBA+%2F+CI%C3%ADnica+de+Grandes+Animais/@-12.421408,-38.7991799,497m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x0:0x9d266aa703046c05!8m2!3d-12.421097!4d-38.7993047>

b) Superintendência de Tecnologia da Informação - STI - UFBA

Endereço: Av. Milton Santos S/N Campus Universitário de Ondina, Salvador, Bahia.

CEP: 40.170-110

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: serviço ininterrupto.

Rotinas a serem cumpridas

6.3.1. A execução contratual observará as rotinas descritas nos requisitos da contratação e no modelo de execução do objeto:

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades necessárias a prestação do serviço, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.5.1. Demanda pelo serviço de link de dados do **Centro de Desenvolvimento da Pecuária - CDP - Oliveira dos Campinhos**

Formas de transferência de conhecimento

6.6. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.8. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no [AnexoI].

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Serviço;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas;

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.10. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.11. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de

Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II e III.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10(dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.21. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.[A3]

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto o disposto nesta seção.

8.1.1 A contratada deverá atender aos requisitos de manutenção descritos no item 4.4 Requisitos de Manutenção deste Termo de referência.

8.1.2 A disponibilidade mínima mensal do link contratado deverá ser: ≥ 99,6%.

8.1.3 Esta disponibilidade indicará o percentual de tempo em que os serviços permanecerão em condições normais de funcionamento durante o período de um mês de operação.

8.1.4 Serão excluídos do cálculo de disponibilidade os eventos de falha listados abaixo:

- a) Falha de qualquer componente que não possa ser corrigida por impossibilidade de acesso pela CONTRATADA a equipamentos que estejam no ambiente e instalações sob coordenação da CONTRATANTE.
- b) Falha decorrente de problemas de infraestrutura provida no local e de responsabilidade da CONTRATANTE para os serviços prestados pelo provedor do serviço.
- c) Interrupções programadas e avisadas com a devida antecedência, confirmadas pelo CONTRATANTE.
- d) Falhas no fornecimento de energia elétrica que sejam de responsabilidade da concessionária pública estadual de energia elétrica.

8.1. 5Qualquer evento citado acima ou outro que impeça a resolução de incidentes deverá ser feita a comunicação imediata nos meios de comunicação descritos neste Documento.

8.1. 6 Mensalmente deverá ser calculado o percentual de disponibilidade dos links contratados, com base nas fórmulas descritas nas Tabelas 1.

Tabela 1: Indicador de Disponibilidade do Enlace

DESCRIÇÃO	Disponibilidade do enlace indica o percentual de tempo em que os serviços permanecerem em condições normais de funcionamento durante o período de um mês de operação.
-----------	---

FÓRMULA DO CÁLCULO	$DISPONIBILIDADE = ((43200 - TEMPO INTERRUPÇÃO) * 100) / 43200$ $TEMPO DE INTERRUPÇÃO = \text{Somatório dos minutos de interrupção do link.}$
AFERIÇÃO	Mensal
LIMAR	Disponibilidade mensal mínima: $\geq 99,6$.
PONTOS DE CONTROLE	A CONTRATADA realizará por meio da solução de gerenciamento, a coleta e o armazenamento de informações a respeito do enlace pelo tempo de duração do contrato.
RELATÓRIOS DE NÍVEL DE SERVIÇO	A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente ao CONTRATANTE, relatórios com índices apurados diariamente, totalizados e apresentados mensalmente por enlace.
Faixas de ajuste no pagamento e sanções	Disponibilidade mensal entre 99,6% e 96%: desconto de 2% sobre o valor da fatura mensal.
	Disponibilidade mensal entre <96% e $\geq 95\%$: 3% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
	Disponibilidade mensal entre <95% e $\geq 94\%$: 4% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
	Disponibilidade mensal entre <94% e $\geq 93\%$: 5% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
	Disponibilidade abaixo de 93%: 5%+1% adicional por cada ponto percentual.

8.1.7 Sempre que forem apurados percentuais de disponibilidade de link que estejam abaixo dos limites mínimos estabelecidos, os somatórios dos tempos de inoperância, dentro do período de faturamento, serão descontados dos custos mensais dos serviços, tomando-se como base a Tabela 1 , para desconto progressivo.

8.1.8 O desconto total será limitado a, no máximo, 50% do valor mensal do serviço, podendo ser aplicadas outras penalidades referentes à inexecução do contrato;

8.1.9 O indicador taxa de perda de pacotes representa a quantidade de pacotes perdidos fim-a-fim. É medida em percentual tomando como referência o volume total de pacotes que alcançaram o destino.

8.1.10 a finalidade de medição deste indicador é aferir se o link está de acordo com níveis aceitáveis para o tráfego de dados. Uma taxa alta de perda de pacotes indica degradação do canal de comunicação, condição esta que compromete a qualidade do serviço prestado.

8.1.11 CONTRATADA deverá realizar aferição por amostragem do link, do total de pacotes trafegados e do total de pacotes com erro, tomando como referência o ponto concentrador (origem).

8.1.12 Para tal, a CONTRATADA deverá coletar informações de pacotes trafegados e pacotes com erro em intervalos de, no máximo, 10 minutos (7hs às 19hs) e calcular a taxa de erros em cada dia dentro do período de faturamento (30 dias).

8.1.13 Mensalmente, ao encaminhar as notas fiscais/faturas da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá tornar disponível, em portal para acesso pelo CONTRATANTE, as medições de pacotes trafegados e pacotes com erro, bem como o cálculo das taxas de erros verificadas em cada um dos dias do período de faturamento (30 dias). Esses dados deverão também ser enviados no relatório mensal, para fins de faturamento.

8.1.14 Tendo em vista o link de dados, deverá ser calculado o valor a ser descontado do faturamento. Ficam estabelecidos limites de tolerância para a quantidade de dias, que venham a apresentar taxas de erros superiores ao valor máximo admitido, conforme demonstrado a seguir.

- 8.1.15 Quando o total de dias com erro for maior que 4 (quatro) até 7 (sete) será efetuada a glosa de 5% (quinze por cento) do custo mensal do canal de comunicação (conforme Tabela 2).
- 8.1.16 Quando o total de dias com erro for maior que 8 (oito) será efetuada a glosa de 10% (trinta por cento) do custo mensal do canal de comunicação (conforme Tabela 2).
- 8.1.17 Os descontos da perda de pacotes serão cumulativos com os descontos de disponibilidade do enlace, ou seja, caso o link esteja indisponível serão aplicados os descontos referentes à disponibilidade.

Tabela 2: Indicador Dias de Perda de Pacotes.

ITEM	DIAS COM TAXA DE ERRO	RETENÇÃO OU GLOSA
1	4 dias até 7 dias	5%
2	> 8 dias	10%

- 8.1.18 Para garantir o controle eficaz da gestão de equipamentos utilizados na infraestrutura, a CONTRATADA deverá seguir os seguintes procedimentos:
- a) Planilha de Controle de Distribuição: A contratada deverá elaborar uma planilha detalhada com todas as informações referentes à distribuição dos equipamentos.
 - b) Atualização Contínua: A planilha deverá ser mantida atualizada constantemente, refletindo qualquer movimentação, troca ou retirada dos equipamentos. A contratada deve garantir que a planilha esteja sempre precisa e pronta para consulta.
 - c) Envio Mensal: A planilha de controle de distribuição deverá ser enviada mensalmente junto com a fatura correspondente ao mês em questão. Esta ação garantirá a transparência e controle de todos os equipamentos alocados.
 - d) Responsabilidade de Retirada: Ao término do contrato, a contratada será a responsável pela retirada de todos os equipamentos, assegurando que sejam devolvidos em condições apropriadas e de acordo com os termos acordados no contrato. Todos os equipamentos deverão ser conferidos e registrados na planilha final de controle.

- 8.1.19 Este processo é fundamental para garantir a organização e evitar perdas ou extravios de equipamentos durante o período de vigência do contrato.
- 8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 8.2.1. não produziu os resultados acordados,
 - 8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 8.4.1. Os pagamentos mensais à Contratada terão como base o somatório dos valores apurados e atestados pelo Fiscal Técnico para o serviço contratado;

8.4.2. O Gestor e os Fiscais do contrato poderão solicitar reuniões periódicas com a Contratada para tratar dos assuntos referentes a execução do serviço e gestão do contrato;

8.4.3. Os serviços serão avaliados de acordo com as especificações definidas neste Termo de Referência e as normas correspondentes aos procedimentos de fiscalização,;

8.4.4 A fiscalização do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto, conforme Instrumento de Medição de Resultado, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo, caso haja necessidade, redimensionar o pagamento.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (*quinze*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a conclusão dos procedimentos de instalação e a disponibilidade do link no Campus de Oliveira dos Campinhos.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. aqueles descritos no item 04, Requisitos da Contratação e no item 8.1 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) desde termo de referência.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.[A8]

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/09/2025.

8.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A20]

8.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de (04) horas úteis.	Multa de (0,5) % sobre o valor mensal do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de (10) dias úteis.
		Após o limite de (10) dias úteis, aplicar-se-á multa de (1) % do valor total do Contrato.
2	Não atender aos indicadores de nível de serviço Instrumento de Medição de Resultado (IMR)	Conforme item 8. Critérios de medição e pagamento
3	Não realizar abertura automática de chamados conforme requisitos da contratação	Multa de (0,5) % sobre o valor mensal do Contrato por dia útil de atraso realizar abertura automática de chamados, até o limite de (10) dias úteis.
		Após o limite de (10) dias úteis, aplicar-se-á multa de (2) % do valor total do Contrato.
4	Indisponibilidade de telefone para abertura de chamados conforme requisitos da contratação	Multa de (0,5) % sobre o valor mensal do Contrato por dia útil de indisponibilidade do telefone realizar abertura de chamados, até o limite de (10) dias úteis.
		Após o limite de (10) dias úteis, aplicar-se-á multa de (2) % do valor total do Contrato.
5	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de (10) % do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30 % (trinta por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **05% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **05 % (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5 % (zero virgula cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo

referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Regime de Execução

10.3. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de Serviços de Comunicação de Dados , expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações nos termos da LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997.

10.14.2 O fornecedor do serviço a ser contratado deverá apresentar o contrato de compartilhamento de infraestrutura do órgão competente e/ou concessionária , comprovando a sua legalidade no lançamento e projeto de rede óptica metropolitana dentro do estado da Bahia.

10.15 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de trinta e seis meses.**

10.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

10.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.36.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

10.36.1.2. O fornecedor do serviço a ser contratado deverá apresentar o contrato de compartilhamento de infraestrutura com o órgão/instituição competente comprovando a sua legalidade no lançamento e projeto de rede óptica metropolitana dentro do estado da Bahia.

10.36.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.36.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.36.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.36.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A

10.41. A exigência de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) o fornecimento anterior de, no mínimo, 12 meses de prestação de serviço compatível, visa mitigar riscos à execução contratual, restringindo a participação a empresas que não demonstrem experiência comprovada com fornecimentos compatíveis em volume e natureza com o objeto ora pretendido.

Disposições gerais sobre habilitação

10.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.46.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.46.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.46.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.46.1. ata de fundação;

10.46.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.46.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.46.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.46.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.46.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.46.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**].

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [22072];

II) Fonte de Recursos: [1 - RECURSOS DO TESOURO - EXERCÍCIO CORRENTE (1000000000)];

III) Programa de Trabalho: [REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES - EST. BAHIA (229845)];

IV) Elemento de Despesa: [SERV. DE TEC. DA INFOR. E COMUN. - PJ 339040 (339040)];

V) Plano Interno: [REUNI - REESTRUTURACAO E EXPANSAO (M8282G0100N)];

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

<div><div></div><div>Integrante Requisitante <i>Edmilson Nascimento</i> <i>Coordenador de Redes e</i> <i>Infraestrutura</i> <i>1950002</i></div></div>	<div><div></div><div>Integrante Técnico <i>Roberto Carlos</i> <i>Guimarães</i> <i>Analista de TIC</i> <i>3369324</i></div></div>	<div><div></div><div>Integrante Administrativo <i>Emanuele Freitas</i> <i>Administradora</i> <i>2476300</i></div></div>
---	--	---

Autoridade Máxima da Área de TIC
<div><div></div><div><i>Vaninha Vieira</i> <i>Superintendente de TIC</i> <i>2049039</i></div></div>

Salvador, 11 de novembro de 2025

Aprovo,

Autoridade Competente
<div><div></div><div><i>Wagner Miranda</i> <i>Pró-Reitor de Administração</i> <i>1476205</i></div></div>

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WAGNER MIRANDA GOMES

Autoridade competente

VANINHA VIEIRA DOS SANTOS

Superintendente de Tecnologia da Informação

ROBERTO CARLOS MENDES GUIMARAES

Agente de contratação

EMANUELE FREITAS DOS SANTOS

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I -ordem-de-servico-fornecimento-de-bens.pdf (203.15 KB)
- Anexo II - ANEXO II - Termo de Ciencia e Manutencao de Sigilo.pdf (35.71 KB)
- Anexo III - ANEXO III - Termo de Compromisso.pdf (166.76 KB)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO DE BENS

INTRODUÇÃO

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO			
Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ÁREA REQUISITANTE

Unidade	< Sigla – Nome da unidade >		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	XXXXXXXXXXXXXX

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS

Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1
...
Valor total estimado da OS/OFB					

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES

<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB>

<Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega>

<Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS

Data de Início:	<dd/mm/aaaa>	Data do Fim:	<dd/mm/aaaa>
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA			
Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5 – ARTEFATOS / PRODUTOS

Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

<Nome >

<Responsável pela demanda/
Fiscal Requisitante>

Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome >

Gestor do Contrato

Matr.: <Nº da matrícula>

<Local>, xx de xxxxxxxx de xxxx

Termo de Ciência e Manutenção de Sigilo

Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Ciência e Manutenção de Sigilo, e as normas de segurança vigentes na CONTRATANTE.

Salvador, _____ de _____ de 20_____.

CONTRATADA
Funcionários

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Termo de Compromisso

A Universidade Federal da Bahia, sediada na Av. Milton Santos, s/nº - Ondina, Salvador - BA, CEP 40170-110, CNPJ n.º 15.180.714/0001-04, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código-fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 155 da Lei nº. 14.133/21.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

A CONTRATADA deverá assegurar que possui total conhecimento da lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e que em toda sua prestação de serviço respeitará o regramento nela preconizado, especialmente quando algum preposto eventualmente tiver acesso a informações que contenham dados pessoais.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá assegurar que possui total conhecimento da lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e que em toda sua prestação de serviço respeitará o regramento nela preconizado, especialmente quando algum preposto eventualmente tiver acesso a informações que contenham dados pessoais.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro de Salvador-BA, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Salvador, _____ de _____ de 20____

De Acordo

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

<Nome>
Matrícula: <Matr.>

Testemunhas

Testemunha 1

Testemunha 2

<Nome>
<Qualificação>

<Nome>
<Qualificação>



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 424/2025 - CMP/PROAD (12.01.10)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 27/11/2025 08:54)

EMANUELE FREITAS DOS SANTOS

ADMINISTRADOR

NUINFR/CRI (12.01.42.10.01)

Matrícula: ###763#0

(Assinado eletronicamente em 27/11/2025 09:06)

ROBERTO CARLOS MENDES GUIMARAES

ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO

CRI/STI (12.01.42.10)

Matrícula: ###693#4

(Assinado eletronicamente em 27/11/2025 09:38)

VANINHA VIEIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE - TITULAR

STI/UFBA (12.01.42)

Matrícula: ###490#9

(Assinado eletronicamente em 27/11/2025 16:08)

WAGNER MIRANDA GOMES

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROAD/UFBA (12.01.81)

Matrícula: ###762#5

Visualize o documento original em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **424**, ano: **2025**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **26/11/2025** e o código de verificação: **0d7db1e621**